

Brasil reforça combate ao contrabando de cigarros elet... ABC do ABC

abcdoabc.com.br/brasil-reforca-combate-ao-contrabando-de-cigarros-eletronicos/

A Anvisa mantém rígida proibição sobre a fabricação, venda, importação e propaganda de cigarros eletrônicos devido aos riscos à saúde pública

- Data: 11/11/2024 12:11
- Alterado: 11/11/2024 12:11
- Autor: Redação/AI
- Fonte: G1



Cigarro eletrônico

Crédito:Ministério da Saúde

Em 2022, a Receita Federal do Brasil confiscou 1.402 unidades de cigarros eletrônicos em território nacional. Este ano, em um episódio inédito, mais de 300 mil dispositivos foram apreendidos em uma única operação no porto de Santos, São Paulo, totalizando um valor estimado em mais de R\$ 23 milhões.

A equipe do Fantástico acompanhou o meticuloso trabalho dos fiscais aduaneiros, responsáveis por identificar cargas ilícitas entre milhares de contêineres. O delegado da alfândega, Richard Neubarth, destacou a importância estratégica do porto de Santos como um ponto central para o trânsito de mercadorias, enfatizando a relevância da fiscalização no local.

Investigação Sobre o Tráfico

Os vapes ilegais tinham origem em Nansha, na China, e estavam destinados a Montevideú, Uruguai. A embarcação fez escala no porto de Santos para reabastecimento. Segundo a documentação oficial, as mercadorias eram descritas como artigos diversos, incluindo itens metálicos e ferramentas.

Autoridades indicam que a chegada dos produtos ao Uruguai seria apenas um passo intermediário; grande parte seguiria para o Paraguai e posteriormente retornaria ao Brasil via contrabando.

Fiscais desconfiaram após analisarem imagens de scanner que revelaram irregularidades na carga. Ao inspecionar fisicamente o contêiner, um odor adocicado denunciou a presença oculta dos cigarros eletrônicos atrás das caixas frontais.

Proibição Estrita no Brasil

A Anvisa mantém rígida proibição sobre a fabricação, venda, importação e propaganda de cigarros eletrônicos devido aos riscos à saúde pública. Stefânia Piras, gerente geral de produtos de tabaco da agência reguladora, destacou que esses dispositivos são associados a problemas pulmonares severos e promovem dependência mais rápida que os cigarros tradicionais devido ao elevado teor de nicotina.

Piras também alerta que o uso desses dispositivos é vedado em locais fechados e públicos, abrangendo desde restaurantes até meios de transporte como ônibus e metrô.

Em outubro de 2024, novas regras rigorosas foram implementadas pela Receita Federal visando intensificar o combate ao cigarro eletrônico, proibindo sua importação mesmo quando destinada a outros países.